

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.552 - PR (2018/0307717-2)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**RECORRENTE** : ESTADO DO PARANÁ  
**PROCURADOR** : LUIZ HENRIQUE SORMANI BARBUGIANI E OUTRO(S) - PR048155  
**RECORRIDO** : D P P DOS S  
**INTERES.** : D N DOS S  
**ADVOGADO** : MAURO CÉSAR JOÃO DE CRUZ E SOUZA - PR053699

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO. RÉU REVEL – NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL – CONDENAÇÃO DO ESTADO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS – ATRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – RESPONSABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ. HONORÁRIOS – MANUTENÇÃO.

1. “[...] O advogado dativo, por força da lei, da jurisprudência do STJ e da doutrina, tem o inalienável direito aos honorários, cuja essência corporifica-se no título judicial que não é senão a decisão que os arbitra. (...) A indispensabilidade da atuação do profissional do Direito para representar a parte no processo, gera ao defensor dativo o direito ao arbitramento de honorários pelos serviços prestados, cujo ônus deve ser suportado pelo Estado. (Precedentes do STF - RE 222.373 e 221.486)” (STJ, REsp 602.005/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/03/2004, DJ 26/04/2004, p. 153).

2. Recurso conhecido e não provido.

Em suas razões do recurso, a parte recorrente sustentou violação aos artigos 472, do Código de Processo Civil de 2015, e 22, § 1º, da Lei nº 8.906/94, visto que os honorários advocatícios do curador especial nomeado ao réu revel não devem ser suportados pelo Estado, ainda que não haja defensoria pública.

Analisando os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, verifico que esse não merece conhecimento.

Nos termos do disposto no artigo 932, III, do novo Código de Processo Civil, incumbe ao relator, de forma singular, negar seguimento a recurso inadmissível.

Da análise dos autos, observo que o Tribunal de origem decidiu em consonância com o entendimento pacificado nesta Corte, que entende que é dever do Estado arcar com os honorários advocatícios devidos ao curador especial, nomeado em razão da ausência de Defensoria Pública para a defesa dos interesses do réu revel citado por edital, razão pela qual o recurso especial esbarra no óbice sumular nº 83, do STJ, aplicável aos recursos interpostos com base em ambas as alíneas (AgInt no AREsp 720.037/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 11/05/2016).

É o que se depreende do seguinte trecho (fls. 265/267 e-STJ):

“A Constituição Federal prevê, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Essa assistência jurídica, integral e gratuita, é incumbência da Defensoria Pública, como, aliás, preceitua o artigo 134, caput, da Carta Magna.

Sem embargo, nos lugares em que a Defensoria ainda não foi criada, compete ao magistrado, em cumprimento de dever legal, nomear curador especial ao réu indefeso citado por edital (processo civil) e nomear advogado dativo ao réu que, citado, não constitui defensor (processo penal).

Diante deste panorama, o §1º, do artigo 22 da Lei nº. 8.906/94 (Estatuto da OAB) garante que, em não havendo instituição de Defensoria Pública no local da prestação do serviço, o advogado nomeado pelo juiz para patrocinar causa de pessoa juridicamente necessitada tem direito ao recebimento dos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.

Vê-se, então, que o Poder Legislativo federal assegurou ao advogado nomeado o recebimento da verba honorária pelo serviço prestado à comunidade.

E não poderia ser diferente, pois a todo trabalho deve-se conferir uma respectiva remuneração.

Do contrário, obrigaria o Estado que advogados que laborassem em processos no patrocínio da defesa dos menos capacitados prestassem seus serviços de graça, sem instituir as respectivas Defensorias

Públicas.

Em outras palavras, a condenação do Estado ao pagamento da verba honorária é conduta que se impõe, inclusive, como cunho sancionatório, para o fim de assegurar aos cidadãos que vivem sob seu território o direito fundamental consagrado no artigo 5º, inciso LXXIV.

De outra forma, o Estado não se veria estimulado a instituir a Defensoria Pública no âmbito de sua federação, valendo-se da nomeação de defensores dativos ou de curadores especiais para, gratuitamente, agirem em seu lugar.

Neste diapasão, é digno de registro que o dever do Estado ao pagamento das verbas honorárias pretendidas deve ser mantido, mesmo frente à alegação do apelante de que não foi parte na lide.

Tal entendimento não confronta com os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, bem como com o artigo 472 do Código de Processo Civil.

A respeito da fixação dos honorários advocatícios ao curador especial, é firme o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:"

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO. RELAÇÃO JURÍDICA LITIGIOSA DE DIREITO PRIVADO. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. RÉU REVEL CITADO POR EDITAL. NOMEAÇÃO DE ADVOGADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CURADOR ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE DEFENSORIA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTEIO PELO ESTADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A competência das seções e das respectivas turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa. Na hipótese dos autos, trata-se de ação de divórcio litigioso, demanda submetida ao julgamento de uma das Turmas integrantes da Segunda Seção deste Sodalício.

2. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte Superior, "são devidos pelo Estado os honorários advocatícios do curador especial nomeado em razão da ausência de Defensoria Pública para a defesa dos interesses do réu revel citado por edital" (AgRg no REsp 1.348.471/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 3/12/2014).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 595.145/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/5/2015, DJe 22/6/2015)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO ESTADO.

1. "A não observância da regra de prevenção contida no art. 71 do RISTJ gera apenas nulidade relativa, de modo que, caso não seja reconhecida de ofício, deve ser suscitada até o início do julgamento do recurso pelo colegiado ou monocraticamente pelo relator, sob pena de preclusão, nos termos do § 4º do citado artigo" (AgRg no AREsp 579.503/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 05/08/2015).

Assim, considerando que a aludida incompetência não fora alegada em momento oportuno, antes de prolatado o decisum monocrático, ora agravado, operou-se a prorrogação da competência. Precedentes.

2. Conforme a jurisprudência hodierna e pacífica desta Corte superior "são devidos pelo Estado os honorários advocatícios do curador especial nomeado em razão da ausência de Defensoria Pública para a defesa dos interesses do réu revel citado por edital" (AgRg no REsp 1348471/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 03/12/2014). Incidência da Súmula 83/STJ. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1459923/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 26/2/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. RELAÇÃO JURÍDICA LITIGIOSA DE DIREITO PRIVADO. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL LOCAL EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. CURADOR ESPECIAL. DEFENSORIA PÚBLICA. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÔNUS DO ESTADO.

1. A competência das seções e das respectivas turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que são devidos pelo Estado os honorários advocatícios do curador especial nomeado em razão da ausência de Defensoria Pública para a defesa dos

interesses do réu revel citado por edital.

3. Acórdão local em consonância com esse entendimento.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1348471/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 3/12/2014)

Em face do exposto, não conheço do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

